

CNDH denuncia a ONU e OEA execução de crianças pela polícia

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH denuncia a execução de crianças pela polícia no Rio de Janeiro, num contexto de violação de direitos humanos. O presidente do conselho, Leonardo Pinho, assina documento destinado à alta comissária da Organização das Nações Unidas (ONU) para os direitos humanos, Michelle Bachelet, e também à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA (Organização dos Estados Americanos), a comissária Antonia Urrejola Noguera.

Ontem, o conselheiro Eduardo Nunes entregou a denúncia aos representantes da OEA, durante encontro em Washington, nos Estados Unidos.

No último fim de semana, dia 20 de setembro, Ágata Vitória Sales Felix, uma menina negra de 8 anos, foi assassinada por policiais militares enquanto estava em uma van, ao lado de seu avô, na favela do Alemão, no Rio de Janeiro. O ofício do CNDH cita dados do mapeamento realizado pela Fogo Cruzado, que mostra que Ágata é a 19ª criança baleada no Rio apenas em 2019.

“Há um alarmante aumento da letalidade policial no Rio de Janeiro, num contexto de generalizada violação de direitos humanos”, afirma o CNDH, que solicita posicionamento oficial dos órgãos sobre as execuções sumárias e arbitrárias nas favelas do Rio, assim como a responsabilização do governador do Estado pelas violações às obrigações do Estado brasileiro diante da legislação internacional.

Ministério Público

O CNDH também encaminhou ofício ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, José Eduardo Gussem, em que solicita que a investigação dos crimes seja conduzida diretamente ao Ministério Público do Estado, em cumprimento à determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao Estado brasileiro em 2017.

O conselho solicitou ainda informações sobre os assassinatos das crianças Kauê Ribeiro dos Santos, Kauã Rozário, Kauan Peixoto, Jenifer Silene Gomes e Ágatha Vitória Sales Félix, ocorridos em 2019 no Rio de Janeiro e sobre as iniciativas já tomadas pelo órgão para enfrentar a política atual de segurança pública que incluem altas taxas de homicídios em decorrência de intervenção policial.

Para Pinho, "A política de segurança pública levada pelo Governo Witzel é inconstitucional e é urgente uma atitude do Ministério Público", afirmou.

#DireitosHumanos #ParticipaçãoSocial

Assessoria de Comunicação do CNDH

+55 61 2027-3348 / cndh@mdh.gov.br

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

Twitter: <https://twitter.com/conselhodh>